



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Mundo do Trabalho

Relações de Trabalho em campo perversamente hostil
A PUC-Rio

João Carlos Mendonça Didier Silva Peixe¹

Resumo: Este estudo tem sua importância na emergente discussão sobre o aumento da precarização do trabalhador no Brasil. Sustenta-se na crescente perda de direitos sociais da classe trabalhadora e na lógica do novo neoliberalismo aplicada aos mais variados ramos de atuação organizacional, empresarial ou institucional. Abordaremos o enfraquecimento dos sindicatos, da responsabilidade social intrínseca a normas reguladoras recorrentemente atacadas e amorfizadas por uma lógica que corrói o ethos de coesão social preconizado pelo trabalho assalariado formal, outrora garantidor de sistema regulador do trabalho decente. Como exemplo desse esgarçamento das relações sociais e de trabalho traremos o estudo de caso de uma Instituição de Ensino Superior Filantrópica, um APH, na construção teórica de Virgínia Fontes.

Palavras-chave: Trabalho; Flexibilização; Precarização; Aparelhos Privados de Hegemonia, PUC-Rio.

Labor Relations in a perversely hostile field at PUC-Rio

Abstract: This study has its importance in the emerging discussion about the increase of worker precarization in Brazil. It is based on the increasing loss of social rights of the working class and on the logic of the new neoliberalism applied to the most varied branches of organizational, entrepreneurial, or institutional performance. We will address the weakening of unions, of social responsibility intrinsic to regulatory norms that are recurrently attacked and amorphized by a logic that erodes the ethos of social cohesion advocated by formal salaried work, once the guarantor of a regulatory system of decent work. As an example of this frayed social and labor relations, we will bring the case study of a Philanthropic Higher Education Institution, an APH, in the theoretical construction of Virgínia Fontes.

Keywords: Labor; Flexibilization; Precarization; Private Apparatuses of Hegemony, PUC-Rio.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre os processos de produção/acumulação, sobre as reformadas relações de trabalho e gestão de pessoas, sobre as novas modalidades de inclusão no mercado de trabalho e as consequentes teorizações sobre a relação entre a flexibilização e respectiva geração de precarização do “trabalho” tem sido a proposta norteadora e dominante nos estudos de alguns teóricos das Ciências Sociais. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a nova morfologia do trabalho e as relações desse mercado na sociedade contemporânea.

Desenvolverei a abordagem sobre o tema a partir das análises de Albani de Barros em sua obra “Precarização: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo”,

¹ Doutorando do PPG do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC/RJ). E-mail: joaocarlospeixe@yahoo.com.br.

editada pela Coletivo Veredas em 2019, dessa obra, muito solicitada, abordarei o Cap. 2 – “A precarização sob a análise da crítica marxiana”.

Traremos Ricardo Antunes que faz uma análise da morfologia do “trabalho”, debruçando-se sobre as práticas e tendências contemporâneas das relações de produção na obra, pelo autor organizada, “Riqueza e miséria do trabalho no Brasil” – editada pela Boitempo em 2006.

Luciano Vasapollo, contribuinte de Ricardo Martins na obra acima citada, aborda os diferentes sentidos adquiridos pelo tema flexibilização, assinalando que ao invés de diminuição os baixos índices de emprego, a flexibilização impulsiona o processo de desalento da classe trabalhadora, mandando-a para a informalidade e precarização.

István Mészáros, como Vasapollo, detentor de um capítulo na obra organizada por Ricardo Antunes, afirma que a flexibilização é um mito.

Com o objetivo de avaliar a atuação de APHs (Aparelhos Privados de Hegemonia) trataremos as contribuições de Virgínia Fontes.

Abordarei ainda as especificidades relacionadas às relações de trabalho encontradas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituição filantrópica com modelo gestão corporativista docente, ou seja, Docentes são coparticipes na gestão da Universidade, dessa forma este trabalho considera o corpo técnico-administrativo como a categoria PRECARIZADA nessa relação. Saliento que a IES aqui estudada, em 2010 e retomada com uma entrevista de uma ex liderança das/os trabalhadoras/es em 2022. A PUC-Rio é uma Universidade particular/filantrópica/confessional/comunitária. O interesse pelo estudo de caso deu-se por já ter iniciado um trabalho de pesquisa na instituição, pelas transformações observadas na última década no que diz respeito tanto à híbrida composição do quadro funcional técnico-administrativo (funcionários verba IES x funcionários verba Projeto), como pelo enfraquecimento da mobilização interna na luta por conquistas que outrora qualificaram e dignificaram o trabalhador ali empregado.

2. RICARDO ANTUNES APROFUNDA O DEBATE SOBRE A LÓGICA SISTÊMICA DO CAPITAL, SAINDO DA SUPERFÍCIE ARRANHADA POR MANUEL CASTELLS (2001)

Segundo Ricardo Antunes o sistema capitalista de produção passa por transformações profundas desde a década de 90 do século XX. A reestruturação dos processos produtivos, das condições de trabalho e dos modelos de gestão organizacionais tem como marco inicial a “globalização” do capital, que iniciou um amplo processo de fragmentação, desregulamentação e internacionalização da cadeia produtiva.

Em sua análise, Antunes (2006), abordando os desdobramentos da adoção das práticas mencionadas anteriormente por Manuel Castells (2001), aponta para a perda da subjetividade do trabalhador. A alienação, ou o não-saber, o desinteresse total pelas tarefas laborais é sentido, assim como o deslocamento de profissionais no novo modelo organizacional, fragmentado. O autor denomina então *classe-que-vive-do-trabalho*, os trabalhadores que estão alijados da gestão nos novos modelos, alocados a processos produtivos altamente tecnológicos e de estruturas não mais verticalizadas.

Como resultados obtemos importantes consequências estruturais no mundo do trabalho, tanto no que diz respeito às condições materiais de vida e de trabalho - precarização, quanto pela perda dos significados simbólicos que afetavam a subjetividade do trabalhador, ou seja, aumento da alienação.

Componentes engendrados nos novos processos de reengenharia que tomam o mundo do trabalho de assalto, a terceirização e a flexibilização, nos fazem entender o atual processo que precariza as relações de trabalho, além de reduzir os empregos formais aumentando substantivamente a informalidade.

Já em 1995, Ricardo Antunes alertava sobre a passagem do fordismo ao toyotismo:

...a introdução e expansão do toyotismo na ‘velha Europa’ tenderá a enfraquecer ainda mais o que se conseguiu preservar do welfare state, uma vez que o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrata”. (ANTUNES, 1995, p.31).

István Mészáros (2006) corrobora com Ricardo Antunes, ratificando;

Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é sua característica dominante. Nesta nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre. (MESZAROS 2006. P. 31)”.

2.1 AS OBSERVAÇÕES DE LUCIANO VASAPOLLO SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO CAPITAL

Segundo Vasapollo (2006), o termo flexibilização pode ser entendido, como:

- Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuïrem;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.);
- Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (VASAPOLLO 2006. P. 46).

Luciano Vasapollo, reforçando os dados trazidos por Castells, que não dá real importância ao aprofundamento da crise instaurada pelo neoliberalismo, ratifica que o crescimento do trabalho temporário, por tempo determinado, o de meio-expediente e os autônomos, tanto para trabalhadores qualificados quanto para os não-qualificados, impulsiona o processo de desalento da classe trabalhadora, mandando para a informalidade e precarização.

3. A PRECARIZAÇÃO SOB A ANÁLISE MARXIANA.

Albani Barros (2019, P. 67) afirma que na história do desenvolvimento do capitalismo, a riqueza e a degradação do trabalho humano são indissociáveis.

O Capital para muito além de sua equivalência geral monetária é essencialmente uma relação social, dialeticamente, em movimento constante. Exatamente por isso, afirma o autor, no limiar máximo do desenvolvimento das forças produtivas, a degradação do trabalho na forma da precarização é parte integrante necessária dessa lógica de interesses.

A precarização da classe trabalhadora impulsionada pelas normas flexibilizadoras do capital, estudadas empiricamente e analisadas sem muita preocupação com o ator principal desse conjunto de produção capitalista, Manuel Castells (2001), retira objetiva e formalmente os mecanismos de defesa da massa proletária, encaminhando-a para o desalento solitário e a miséria.

Segundo Albani Barros (2019, P.69), “a precarização do trabalho impõe-se como uma extensão ampliada e qualitativamente superior ao da precariedade, característica inerente ao trabalho assalariado”.

Cabe ressaltar as diferenças entre os termos “precariedade” e “precarização”, com esse intuito Albani Barros (2019) trás a perspectiva de Barbier (2002), para quem o termo “precariedade”:

...surge originalmente na França, no final da década de 1970, e buscava expressar o discurso sobre uma “nova pobreza” que crescia na Europa. Pitrou, um sociólogo especializado no estudo de famílias, foi o primeiro a utilizar o termo de forma sistemática e proposital. Nesse sentido, a “precariedade” foi tomada de forma muito parecida com a situação de pobreza então vivenciada no Velho Continente “(BARBIER, 2002 in BARROS, 2019 P.70).

Afirma Albani Barros (2019):

No conjunto das intensas mudanças por que o capitalismo contemporâneo passou e vem passando nas últimas décadas, a “precariedade” se transformou num processo de precarização do trabalho que domina mundialmente a dinâmica das relações de produção”. (BARROS, 2019, P.70).

O esgotamento e a desagregação do binômio fordista/keynesiano teriam provocado transformações nas relações de produção em escala mundial, não poupando sequer os trabalhadores das economias mais desenvolvidas. A consequência é que esse processo de mudanças econômicas e políticas desencadeadas seria a causa da erosão acelerada do trabalho regulamentado, legatário do taylorismo/fordismo, que predominou durante boa parte do século passado, sendo substituído por formas de trabalho precarizadas, afiança Albani Barros. (BARROS, 2019, P. 72).

4. A PUC-RIO COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

Adentrando ao ponto que nos interessa para tentar fechar este texto em construção, Fontes (2017) inicia a sua análise sobre a influência da Academia, representada por Instituições de Ensino Superior específicas, que integram setor pensante/formulador de estratégias a partir de pensadores a elas vinculados. Afiança Fontes (2017):

Definindo em seu interior um córtex político, a elite orgânica é a “pensadora” de uma classe, “transformando contradições e antagonismos em simples diferenças, passíveis de (re)-conciliação”; ela “produz estudos, análises e pesquisas sobre os princípios da política pública e da política empresarial, formulando diretrizes que deverão nortear o funcionamento da 'sociedade' e do 'Estado', dois termos que funcionam, neste caso, como um eufemismo para a economia e os valores dos próprios interesses dominantes”. (FONTES, 2017. PAG. 11).

Em síntese aponta a autora, se referindo à Academia e similares:

(...) o poder de classe estaria estruturado em três níveis de organização, complexidade, capacidade, área de atuação, base social e objetivos: \ as Elites Orgânicas propriamente ditas; \ as centrais ou laboratórios de ideias e de pesquisa, fundações e agências ;de planejamento e consultoria que servem à classe dominante (sem serem necessariamente partes dela ou participantes da ação política direta) e; \ as Unidades de Ação, grupos táticos visando alvos específicos e fins limitados, no âmbito de uma estratégia encabeçada por elites orgânicas que as orientam para ações conjunturais e de curto alcance. As centrais de ideias e Pesquisas funcionam como segmentos auxiliares e de assessoria num leque limitado de questões, geralmente circunscritos à dimensão da formulação de políticas públicas, que respondem às necessidades do setor privado. Servem também como celeiro de recrutamento de quadros, tanto para as instâncias de pesquisa e análise das elites orgânicas quanto para preencher as vagas da administração do estado”. (FONTES, 2017. PAG. 11).

Assim sendo, conclui Fontes (2017) que: Podemos inferir, de suas análises que não é apenas o Estado quem unifica as classes dominantes; elas se também se unificam para ser Estado ou modificá-lo, ajustá-lo às condições e circunstâncias conjunturais. (FONTES, 2017. PAG. 11).

Em seus apontamentos intitulados como “Algumas observações sobre os “modos de exposição” da sociedade civil empresarial” iniciados na página 12, Fontes (2017), lista Instituições integrantes de, segundo a autora, “(...) uma verdadeira teia de entidades associativas estreitamente coligadas à expansão da forma política do capital-imperialismo”. (FONTES, 2017. PAG. 11).

Fontes (2017) destaca ainda que a atuação de muitos Aparelhos Privados de Hegemonia, APHs, superava a dimensão imediatamente corporativa e nacional, embora carreando consigo tais interesses, com o que penetravam mais fácil e intensamente em diversos ambientes:

(...) Essas entidades correspondiam à expansão da socialização da produção, quer se destinassem a outros países capital-imperialistas, quer se dirigissem a terceiros países, não porque fossem imediatamente defensoras de empresas específicas, mas porque forneciam os elementos pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos de mediação para a atuação e expansão do capital-imperialismo. (DREIFUSS, 1986. p. 174-175 APUD FONTES, 2017. PAG. 12).

Referindo-se à atuação de “Hegemonismo” no Brasil, Fontes (2017) o conceitua, definindo seu entendimento para essa categoria de análise:

A generalização dos procedimentos de convencimento com base seja em entidades empresariais, seja no financiamento por APHs empresariais de associações de cunho popular resulta no que denomino aqui de hegemonismo. Em boa parte, seus limites resultam de seu próprio sucesso e, portanto, da enorme expansão das contradições que o atravessam. (FONTES, 2017. PAG. 13).

Afirma ainda a autora, nesse sentido, que:

(...) o crescimento de entidades sem fins lucrativos, de fundações e institutos empresariais se intensifica a partir da década de 1990. Com a generalização da noção de “Responsabilidade Social Empresarial”, guias e manuais são elaborados para facilitar o ingresso de novos APHs e para capturarem fontes de recursos públicas para suas iniciativas. (FONTES, 2017. PAG. 15).

Em relação ao estudo sobre Hegemonismo e o programa público de educação atrelado aos estudos acerca de Hegemonismo e gestão pública no Brasil, Fontes (2017) afirma que lhe interessa evidenciar a:

(...) quantidade e conexão entre entidades empresariais atuando diretamente na formulação e execução da educação pública, assim como sua interligação no estabelecimento de programas completos – e dos processos de gestão - para o processo educativo nas escolas públicas. Passam a deter o conhecimento do terreno, por terem acesso direto às escolas nos municípios. Ademais, como seus projetos não estão determinados por um programa partidário e pretendem-se “nacionais”, arvoram-se em expressão das necessidades nacionais. (FONTES, 2017. PAG. 17).

Exemplificando, lista algumas entidades empresariais voltadas para a formulação de políticas e de administração pública, incluindo sua execução direta e acompanhamento/controle. Dentre as listadas pela autora notamos sua atenção para o cruzamento entre dois grandes eixos por ela destacado, cito Educação / Gestão Pública. Em sua lista, Fontes (2017) nomeia, dentre outras:

Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), constituído em esmagadora maioria por antigos alunos ou professores da PUC-Rio de Janeiro, em grande parte com passagem pelo Banco Icatu (criado por Antonio Carlos de Almeida Braga, após a absorção de sua seguradora Atlântica pelo Bradesco). São a expressão do setor bancário-financeiro nacional e internacional, com intensa circulação em empresas e entidades internacionais e nos órgãos públicos da área econômica, onde ocuparam os mais altos cargos, dirigindo o Banco Central, Ministério da Fazenda e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. A entidade associativa tem como objetivo formular a política econômica conveniente e adequada aos seus integrantes, e promove concursos de teses e de pesquisas, mediante atribuição de bolsas no Brasil e no exterior. Embora assegure ser rigorosamente apartidário, muitos de seus integrantes filiaram-se ou estavam muito próximos ao PSDB. Para o tipo de atividade que desenvolvem, entretanto – a formulação de políticas econômicas e monetárias – a vinculação partidária parece ser incômoda, levando-os a transversalizar sua atuação e a atuar com amplo espectro partidário. (FONTES, 2017. PAG. 19).

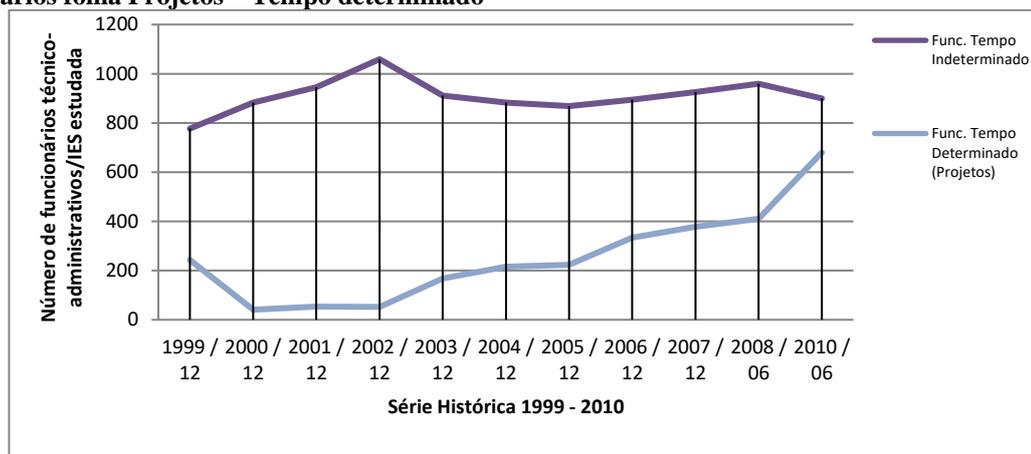
4.1 O caso de uma Instituição de Ensino Superior Filantrópica

Trago parte de uma pesquisa que realizei para a minha monografia de pós-graduação em sociologia, política e cultura, finalizada em 2010. Na pesquisa quis medir,

portanto utilizei a metodologia quantitativa de pesquisa, alimentada por dados oficiais cedidos pela IES estudada. De início já uma observação, a PUC-Rio tinha um ambiente democrático, aberto aos debates e à pesquisa, o que veremos adiante, perdido pela categoria de trabalhadoras e trabalhadores que ali ainda trabalham.

Trago para a demonstração dos dados recolhidos além de um gráfico, gráfico 1 abaixo, o debate trazido pelos autores listados anteriormente, focando na relevância da observação sobre o Capital flexível trazendo a crescente precarização do trabalhador.

Gráfico 1 - Variação do número de funcionários folha PUC-Rio – Tempo indeterminado X funcionários folha Projetos – Tempo determinado



Fonte: Vice-Reitoria Administrativa da PUC-Rio.
Formatação: João Carlos Peixe

O modelo de gestão aplicado na PUC-Rio segue, em 2010, uma tendência de aumento da contratação de funcionários por tempo determinado pelos Projetos fomentados por verbas públicas e privadas. Bom especificar que esses Projetos pagam a totalidade dos custos trabalhistas, sendo o vínculo do trabalhador responsabilidade da PUC-Rio. Como nessa modalidade o Projeto não opera *ad eternum*, esse trabalhador tem um contrato por tempo determinado que findado ou renova-se, ou o trabalhador procura uma ocupação interna em outro Projeto, ou rua, demissão. Bom definir que muito dificilmente esse trabalhador pago por Projeto adentrará ao quadro de trabalhadores por tempo indeterminado, pago com verbas institucionais.

Gostaria aqui de analisar o recorte 2008 – 2010. Nota-se que a roupagem é de aumento absoluto de contratação de mão-de-obra, ou seja, às vistas de um desavisado observador tal processo gerou empregos, o que realmente aconteceu. Ao refinarmos o olhar e a análise podemos qualificar os empregos criados. Se no total, entre 2008 e 2010 a PUC-Rio aumenta seu quadro de trabalhadores de 1350 para 1600, notamos a migração de trabalhadores de tempo indeterminado para tempo determinado, 80 trabalhadores,

obrigados a aceitar tal câmbio com a observação que não voltariam ao modo de contrato anterior, ou seja, ou aceitavam ou seriam demitidos. Ao analisarmos a contratação direta de trabalhadores por tempo determinado, pagos por Projeto e que não foram contratados pelas vias institucionais, ou seja, não participaram de processo seletivo, sendo contratados diretamente por Coordenadores de Projetos ou Diretores de Departamento, encontramos 290 trabalhadores contratados nessa modalidade. Aqui, ao analisar os dados cedidos pela IES estudada, cabe uma observação, encontrei a contratação de familiares diretos de um Diretor específico, o que mais me impressionou a contratada para um Projeto desse Diretor era menor de idade, ou seja, ali pude notar a total desorganização na fiscalização desse modelo aplicado pela PUC-Rio. Arguida, a Coordenadora de RH não quis falar.

Para o que interessa, com foco no debate aqui levantado, sobre a crescente precarização do trabalhador como resultante da fluidez flexibilizadora do capital, podemos dessa pesquisa, com esta breve análise concluir que sim, essa modalidade de contratação precariza; constrange; humilha e desagrega esse trabalhador com contrato temporário; impedindo-o de participar de manifestações coletivas de categoria; recebendo um menor salário em comparação ao seu similar sob contrato por tempo indeterminado; vivendo sempre sob o julgo do medo e da subserviência a seu “dono”, o ator que o contratou; sendo eterno devedor pelo “favor” da contratação, retirando-o do arcabouço protetivo do Direito e arremessando-o para o nível das relações clientelistas.

Ao mesmo tempo a PUC-Rio mascara esse modelo, levando para os seus órgãos internos os dados do fantástico resultado obtido, sendo essa paisagem de contratação absoluta ferramenta intransponível para justiça social e exemplo de sucesso de gestão que gera crescimento em amplo espectro economizando com o trabalhador.

Esse período de fim da série histórica pesquisado é marcado pela troca do Reitor na PUC-Rio.

Com o intuito de captar as impressões de um representante sindical da classe trabalhadora entrevistei, em fevereiro de 2022, um representante dos trabalhadores da PUC-Rio. Esse representante, doravante chamado JM, conta com 45 anos de vínculo institucional e está ligado há 40 anos ao sindicato que representa essa categoria no estado do Rio de Janeiro.

Para este artigo trago, sinteticamente, a resposta que JM deu a uma pergunta feita propositalmente para incluir os autores que conceituam o novo neoliberalismo ao debate. A pergunta: “JM, desde 2010, qual a sua impressão, seu sentimento, de como tem caminhado as relações entre trabalhadores e essa administração da PUC-Rio? Ganhos,

perdas, em que estágio está na sua visão a vida das trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos da PUC-Rio?”.

Segue a resposta de JM:

Desde a troca de Reitor vimos notando uma mudança na relação entre cúpula institucional e representação constituída dos trabalhadores da PUC-Rio. A instituição se fechou, sempre foi democrática. Os trabalhadores sempre lutaram e obtiveram lugar nos debates de alto nível situados em todos os órgãos colegiados instaurados por estatuto na PUC-Rio. Nunca foi paritário, mas mesmo em número reduzido estávamos lá, na luta. A partir de 2011 notamos que por exemplo as reuniões do Conselho Universitário vinham diminuindo, de um total de 13 reuniões por ano caíram para 8, depois 6, depois o mínimo permitido pelo estatuto da PUC-Rio, 4 reuniões. Já não estranhávamos mais esse processo, sabíamos que a gestão naquele momento era autoritária. Em 2012 tivemos um embate sério, a PUC-Rio quis trocar a bandeira do Plano de Saúde. Já vínhamos, há alguns anos, lutando e não permitindo a cobrança de coparticipação em consultas e exames, desta vez queriam trocar o Plano de Saúde. Não aceitamos, lutamos contra, mobilizamos, fizemos o que podíamos para impedir, até que notamos uma estratégia coercitiva com poder de dissuasão, a ordem de cima de filmar todas e todos que estavam diariamente concentrados em assembleia permanente contra essa troca. Filmar as pessoas sem permissão nos pareceu desvio gravíssimo, inaceitável em um ambiente que sempre prezou a liberdade de expressão e lutou contra a ditadura no Brasil. Os ataques ao ambiente democrático de outrora tornaram-se recorrentes, vieram para ficar.

Por fim a PUC-Rio venceu e implantou um novo Plano de Saúde sem a gestão do órgão anteriormente responsável, a gestão do Plano de Saúde passou do RH para uma consultoria contratada, ou seja, o trabalhador já não trataria com alguém interno da IES qualquer problema relativo, mas sim com um terceiro. Condenamos a mudança e alardeamos que seria o fim do que chamavam benefício e nunca tivemos a competência como sindicalistas de incluir nas cláusulas de qualidade das Convenções Coletivas. Em 2013 a PUC-Rio lança um plano de repasse dos custos do Plano de Saúde e de cara 35% do valor total do mesmo para os trabalhadores, além da cobrança de coparticipação em exames e consultas, e o relativo rebaixamento da qualidade dos profissionais especialistas listados. De lá para cá os reajustes e repasses de custos contabilizaram 400% enquanto o INPC acumulado entre 2012 e janeiro de 2022 é de 62,11%². Esse item tão fundamental ao trabalhador, antes denominado benefício, tem efetivamente precarizado a vida de todos nós. Muitos abandonaram o Plano de Saúde simplesmente por não conseguirem pagar, outros viraram reféns por terem dependentes pequenos ou mães idosas, esses certamente tem deixado muitas vezes de comer melhor para pagar esse absurdo, outros foram diminuindo a qualidade do “produto”, como chamam os consultores contratados, levando-os a quando necessitam acessar hospitais de péssima qualidade e não terem direito a uma série de exames. É tão trágica a situação que, muitos trabalhadores pagam o Plano de Saúde por boleto por não terem condições legais do pagamento em folha, vetado pela lei dos percentuais mínimos de descontos. É desesperador, cabendo assinalar que essa prática do pagamento além ilegal, por ser uma burla à lei, é imoral, tratando-se da especificidade da Universidade de que estamos falando. Nossa situação atual é essa, de penúria e humilhação”. (JM, entrevista em 01/2022).

² http://www.idealsoftwares.com.br/indices/inpc_ibge.html

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando para as conclusões deste estudo sobre a relação direta da maior flexibilização do capital como causadora da crescente precarização do trabalhador, transpassada por uma lógica que aprofunda a crise, o novo neoliberalismo conceituado por Dardot e Laval (2019, quero chamar atenção para a importância dos autores, neste esforço lançados, com vias de aprofundar as análises sobre essa tragédia civilizacional, à qual voltou a aderir Manuel Castells em seu recente livro “Ruptura – A crise da democracia liberal” de 2018.

Apontamos a tragédia do neoliberalismo apontadas insistentemente por Ricardo Antunes, Luciano Vasapollo e István Mészáros, aliadas à nova conceituação lançada por Dardot e Laval para o neoliberalismo, agora antidemocrático, autoritário postado em um Estado de terror, o novo neoliberalismo.

Numa análise de espectro mais geral, o que proponho nesta breve tentativa de fechamento é pensar as teorias marxianas de metodologia histórico dialéticas como uma linha de pensamento não compreendida propositalmente e alvo de ataques de muitos de seus próprios estudiosos, não raro analisamos acadêmicos intelectuais que após breve saída dessas normas a ela retornam. Neste momento de guerras; uma de *ideia* mundial contra um vírus COVID19, outras engendradas cotidianamente em sítios afastados das lupas do novo neoliberalismo; e a última, essa sim no centro, na sala de controle do moinho polanyiano, entendo que a globalização na letra foi a aplicação na prática dessa tentativa exitosa de por discursos humanitários, positivistas e de defesa da coesão mundial eliminar nano sistemas rebeldes e numa síntese satânica englobar sob o domínio do Capital transmutado, a liderança total.

Compreender essa empreitada do Capital é antes, não compreendê-la quando nos detemos a passos instrumentais que causam indignação social, como a fome causada pelo desemprego, ou as mortes violentas causadas pela miséria a que foi imposta a humanidade. Tais fatos são cotidianos e globais, cortinas de fumaça assimiladas por uma imprensa internacional que trata de disseminá-las. Assim como as políticas de manutenção da vida do corpo, fundamental para a realimentação do Capital e para as guerras esporádicas que surjam fora do sistema. Notem que por esse prisma a batalha não é pela hegemonia de um sistema, essa disputa pueril, infantil, quarto mundista, de se opor capitalismo a socialismo ou comunismo, não. Nesse prisma o que surge é a vitória inexorável do Capital e a paisagem é a de dominação irrestrita do globo. Portanto, ou

pertence ao sistema ou morre. A globalização inviabilizou os Estado-Nação, tendo os mesmos aderido ao sistema global, o Capital não aceitará a implosão desse sistema.

Ao propor essa lógica própria, de realimentação e não retroalimentação, porque retroalimentação remete a ideia antropofágica e a lógica do Capital é incluir sem matar, é dominar e escravizar sem diminuir esse exército de reserva postulado por Marx, guerras como a atual geram mais lucro e são financiadas por um nano sistema que está fora do computo geral, apesar da alegada retração do sistema PIB por ela provocada, Portanto, o sistema capitalista central e global está preservado, o esforço de guerra cria um nano sistema que gera lucro próprio, enviando-o ao sistema central global parte desse lucro, além do que é retirado da retração econômica global, tão analisada em sua forma de miséria humanitária, assinalada pelos autores aqui trazidos.

Nessa linha geral de análise é que reaparece “o moinho satânico” de Karl Polanyi. A atenção chamada por Derdot e Laval à genial ideia formulada no conceito do Novo neoliberalismo tem um ingrediente anti-sistêmico, a desdemocratização dos sistemas políticos mundiais. Nesse sentido a classe trabalhadora seria mais uma vez apoio para uma tentativa de refundação de sistemas nacionais do Capital, contra a ideia de democratização geral e irrestrita do Capitalismo.

Problematizamos o debate com os profundos estudos de Fontes (2017) sobre as categorias Gramscianas e os auspícios, desses autores e autoras, a um confronto com a linha de pensamento Liberal/Burguês Tocquivilliano, abordando de forma contundente os APHs - (Aparelhos Privados de Hegemonia), que nos permite abordar a PUC-Rio criticamente, no que tange a suas relações laborais com a categoria técnico-administrativa, autorizando-nos teoricamente a aloca-la na categoria descrita por Virginia Fontes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROS, Albani. **Precarização: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019. Cap. 2 - A precarização sob a análise da crítica marxiana (p. 67-124)

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 617p. Capítulo 4 - A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível.

CASTELLS, M. **Ruptura – A crise da democracia liberal**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomía del nuevo neoliberalismo**. VientoSur, n. 164, de 19 de julho de 2019.

FONTES, Virginia. **Hegemonismos e Política – que Democracia?** In: MATTOS, Marcelo Badaró – Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, pp. 207-236. ISBN – 9788569437239.

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. Capítulo 2**, In. ANTUNES, R. (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2006.

PEIXE, João C. M. D. S. **Morfologia do Trabalho na Contemporaneidade – Flexibilização das Relações de Trabalho, Precarização e Tendências à Terceirização – O Caso da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Sociologia, Política e Cultura Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Sociologia e Política, 2010.

VASAPOLLO, Luciano. **o Trabalho atípico e a precaridade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. Capítulo 3**, In. ANTUNES, R. (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2006.